

"Estamos negociando a doação do prédio ao GDF", diz o secretário Nazareno Affonso. Depois disso, segundo ele, o terminal será privatizado e a empresa vencedora da licitação ficará encarregada de reformar o prédio e arcar com o novo traçado viário para facilitar o acesso de carros ao local. Para fechar o acordo, o GDF e a rede têm ainda de chegar a um consenso sobre o valor do aluguel, atrasado há um ano. "De R\$ 5 mil por mês queriam passar para R\$ 80 mil. Oferecemos R\$ 15 mil e não aceitaram", justifica.

Enquanto isso, a reforma fica suspensa e a marquise que ameaça cair continuará suspensa por vigas de madeira. "A empresa que vencer deve derrubar essa marquise", adianta Nazareno. Segundo ele, se fosse recuperada, o custo seria de R\$ 800 mil, bem superior aos R\$ 200 mil estimados para destruí-la.

Outra cobrança do TCDF é com relação à manutenção e cobrança da contribuição pela utilização do terminal rodoviário das empresas de transporte coletivo urbano. Nenhuma empresa está pagando atualmente essa contribuição, conhecida como *taxa de acostamento*, inclusive a TCB, empresa do GDF, que suspendeu o pagamento no ano passado. Os empresários, segundo o diretor interino do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos (DMTU), Carlos Gomes, entraram com ação na Justiça que decidiu pela suspensão da taxa.

A administração de Brasília não sabe, contudo, estimar quanto deverá arrecadar com a cobrança retroativa de todos os débitos. Segundo o administrador Antônio Carlos de Andrade, mais de 40 dos 83 permissionários da rodoviária precisam pagar adicionais por terem feito acréscimos nos boxes. "Mas a revisão desses cálculos é uma coisa tranquila. Não teremos problemas em cumprir essa decisão", assinala o administrador. (RA)

CORREIO BRAZILIENSE

DF - ...
LICENÇA ILEGAL

Quiosques da Rodoferroviária serão retirados em dois meses

Além da exigência de licitação para a renovação dos termos de permissão de uso dos boxes e lojas, a decisão do Tribunal de Contas do DF aponta outras irregularidades. A Administração de Brasília terá de rever os cálculos das taxas de ocupação dos boxes que foram ampliados em 24 de março de 1993 e retirar os permissionários do terminal rodoviário que estão no local irregularmente.

O administrador de Brasília, Antônio Carlos de Andrade, não fixa a data, mas garante que os três quiosques, que estão ocupando espaço ilegalmente, logo na entrada da Rodoferroviária, serão retirados no prazo de 60 dias dado pelo TCDF. "Fixaremos um prazo para que os permissionários desocupem a área imediatamente", afirma.

O *Correio Braziliense* denunciou, na edição de 24 de junho, o funcionamento ilegal dos três quiosques — um ponto de venda de sorvetes da Kibon, uma ótica e uma lanchonete. Segundo o administrador da Rodoferroviária, Raimundo Vicente Fernandes, os três proprietários conseguiram licença provisória da Administração de Brasília, em 1994, para funcionarem por seis meses, mas está vencida desde março de 1995.

A autorização, segundo ele, é completamente irregular, já que, desde junho de 1993, a Lei 8.666 determina que a ocupação de área pública só poderá ser feita depois de realizado processo licitatório. Na época, o GDF suspendeu a retirada dos três permissionários, alegando prerrogativa de resolver primeiro a destinação do terminal da Rodoferroviária, que pertence à Rede Ferroviária Federal e é alugado à Administração de Brasília.